

Livro Verde do Futuro da Segurança e Saúde do Trabalho **Economia**

Livro verde recomenda planos de apoio psicológico para pessoas em teletrabalho

Esta é uma das 80 recomendações do Livro Verde do Futuro da Segurança e Saúde do Trabalho apresentado pelo Governo nesta quarta-feira aos parceiros em sede de concertação social

Raquel Martins

A generalização do teletrabalho traz novos desafios à segurança e saúde no trabalho e tanto as empresas como o Governo têm de estar atentos aos riscos e promover estratégias que reduzam o impacto do isolamento social, a falta de limites entre a vida pessoal e profissional e eventuais problemas relacionados com as condições ergonómicas. Esta é uma das 80 recomendações do Livro Verde do Futuro da Segurança e Saúde do Trabalho apresentado na quarta-feira aos parceiros sociais.

O documento, elaborado por uma dezena de especialistas e coordenado por Sílvia Agostinho da Silva, professora de recursos humanos no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, tem recomendações para as empresas e para o Governo em diversas áreas.

No caso do teletrabalho e do trabalho remoto, os especialistas alertam que há desafios acrescidos na avaliação dos riscos para a saúde e segurança dos trabalhadores sem que haja acesso aos espaços onde estes desenvolvem a sua actividade fora da empresa, assim como a partilha de responsabilidade entre o empregador e o trabalhador sobre a aquisição ou o estado dos utensílios de trabalho.

“O teletrabalho, como nova forma de organização do trabalho, possui especificidades importantes, importando avaliar os equipamentos utilizados, o ambiente de trabalho, o impacto do sedentarismo e do isolamento e o impacto na saúde mental dos trabalhadores”, sublinham.

“Quer os governos, quer os empregadores têm a responsabilidade de conceber programas que fomentem o teletrabalho de forma saudável e segura”, desafiam. E recomendam que as empresas criem programas de apoio psicológico e de monitorização da saúde mental dos trabalhadores e promovam práticas que “eliminem ou reduzam o impacto do isolamento social e a falta de limites entre a vida pessoal e profissional”.

Na parte que toca ao Governo, o grupo de trabalho criado ainda pelo anterior executivo defende a elaboração de um Código da Segurança e Saúde do Trabalho que “agregue, actualize, modernize e harmonize” os mais de 60 diplomas legais em vigor.



RUI GAUDÊNCIO

Especialistas alertam que o teletrabalho e as novas formas de organização do trabalho dependentes de IA trazem riscos psicossociais

Nesse Código, acrescentam, devem ser também incluídas normas destinadas a assegurar “um maior grau de protecção” nas formas não convencionais de trabalho, “em particular no contexto da economia informal, teletrabalho, trabalho em plataformas digitais, transição para a economia verde e situações afectadas pelas alterações climáticas”.

No livro verde recomenda-se ainda a criação de uma Agência Portuguesa para a Segurança, Saúde e Condições do Trabalho, usando os

As empresas, alerta o livro, “centram a sua actuação no cumprimento mínimo das exigências legais”

recursos humanos, financeiros e materiais existentes na Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e no programa nacional de saúde ocupacional da Direcção-Geral de Saúde (DGS). Além disso, defende-se que essa nova agência deve ser alimentada pela afectação de uma parte das verbas da Taxa Social Única (descontos efectuados pelos patrões e trabalhadores para a Segurança Social) destinada às políticas públicas de promoção da segurança e saúde no trabalho.

“Tal permitirá evitar que a gestão pública da prevenção esteja espartilhada e colocada em segundo plano, como acontece actualmente”, criticam os especialistas, acrescentando que devem ser adoptados guias de orientação e de boas práticas que, “de forma clara e adaptada à dimensão das empresas e sectores a que se aplica, permitam um cumprimento

mais eficaz das normas”.

Os autores do documento traçam um cenário preocupante sobre a forma como as empresas e o Estado aplicam as regras de segurança e saúde no trabalho e consideram “necessária uma alteração do paradigma”. As empresas, alertam, “centram a sua actuação no cumprimento mínimo das exigências legais” e focam-se nos elementos que podem ser objecto de inspecção, como o relatório de avaliação dos riscos simplificada ou as Fichas de Aptidão para o Trabalho.

“Desfocam, com frequência, o necessário papel da segurança do trabalho, dos factores de risco físicos, químicos, biológicos e ergonómicos, designadamente dos técnicos superiores e dos técnicos de segurança do trabalho e a saúde, designadamente do médico do trabalho, do enfermeiro do trabalho, do psicólogo

do trabalho, entre outros, na vigilância da saúde dos trabalhadores”, criticam.

O livro verde põe ainda em cima da mesa a necessidade de manter em actividade os trabalhadores que tiveram doenças e acidentes com alterações graves na sua funcionalidade, assegurando a sua reintegração profissional, garantindo o cumprimento da lei.

Os especialistas defendem ainda que haja um quadro actualizado de indicadores e a publicação de estatísticas “que permita monitorizar e avaliar os acidentes de trabalho e doenças profissionais ao nível nacional”, dado que neste momento as estatísticas estão desactualizadas.

Ao contrário do que acontece com os acidentes de trabalho, os últimos dados oficiais de doenças profissionais já têm mais de uma década, exemplificam.